
PERSPECTIVAS PARA O IDOSO NO ANO 2.000*

MARIA AUXILIADORA C. FERRARI**

RESUMO

A autora, no presente trabalho tece algumas ponderações sobre o envelhecimento populacional e suas conseqüências. Levanta aspectos importantes sobre o assunto e alerta para a necessidade de todos: Estado, Família, Sociedade, se conscientizarem de tal situação, à qual na realidade exige uma definição e mudanças estruturais nas políticas de governo, particularmente nas políticas sociais.

A elevação significativa dos anos de vida sempre foi uma aspiração da humanidade, e hoje, nesse final de século é um fato real.

* Palestra proferida no II Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional - Fortaleza, 8-11 de outubro de 1991.

** Docente do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

A expectativa de vida que no início do século era pouco mais de 30 anos, na década de 90 permite que homens e mulheres vivam mais de 70 anos principalmente considerando as sociedades mais desenvolvidas.

O ano 2.000 deverá portanto ser caracterizado pela existência de sociedades demograficamente envelhecidas com um contingente significativo de pessoas com 60 anos e mais.

Esse fato também se faz sentir no Brasil onde os reflexos a nível de política econômica e social já constituem preocupação crescente, exigindo mudanças estruturais nas políticas de governo, sobretudo na política social para que se possa assegurar ao cidadão idoso o pleno exercício de seus direitos.

Do ponto de vista demográfico estamos assistindo a um processo relativamente rápido de envelhecimento. Conhecido até pouco como "um país jovem" graças a predominância dos grupos de idade de 0 a 18 anos, que em 1980 representavam quase metade da população (48,5%) do total; hoje fala-se do Brasil como uma sociedade que caminha rapidamente para se alinhar, nos próximos 30 anos entre aquelas que se destacarão como as detentoras de grande

volume de velhos vindo a ocupar por projeções efetuadas para o ano 2.025, o 69 lugar entre os países do mundo que terão mais de 16 milhões de pessoas com 60 anos e mais, ficando abaixo apenas da China, Índia, URSS, USA e Japão.

Na realidade, as taxas médias anuais de crescimento da população como um todo vêm decrescendo desde 1950 assumindo o valor de 2,89% no período de 1969/1970 e 2,49% entre 1970/1980.

Tem-se atribuído tal decréscimo à redução das taxas de fecundidade e ao conseqüente decréscimo das taxas de natalidade, fatos que por si só, a longo prazo resultariam no envelhecimento da população. Aliada à tal discriminação estão a redução das taxas de mortalidade de velhos na sociedade brasileira. Outro fato importante diz respeito ao aumento da esperança de vida ao nascer. Essa expectativa no começo do século era de 33,7 anos; em 1930, 36,5 anos; em 1960, 55,9 e em 1980, 63,5. Para o ano 2.000 projeta-se uma expectativa de 68,6 prevendo-se que em 2.020 chegar-se-á a 72,1 anos, sendo que a esperança de vida do sexo feminino é maior cerca de 2 a 6 anos em relação ao sexo masculino. Fato também constatado é que a proporção de mulheres idosas é maior que a de homens que, além

de sobreviverem mais, apresentam proporção maior das solteiras e descasadas.

Berquó, em Pirâmide da Solidão (1986) adverte que as perspectivas para o futuro são muito sombrias no que diz respeito às possibilidades das pessoas não terem com quem morar, considerando a queda na fecundidade iniciada na década de 60, acarretando número maior de casais sem ou com apenas 1 e 2 filhos. Diz a demógrafa que há o crescimento no país à taxas elevadas, do número de domicílios uni-pessoais e a constatação do alto percentual destas unidades geridas por mulheres idosas, aponta na direção da necessidade da conscientização dos poderes públicos para enfrentar adequadamente já no presente e no futuro estas questões que exigem, segundo Berquó, cuidados diferenciais por sexo.

A longevidade hoje em seus vários aspectos é pois um fato, o que na realidade constatamos é que não estamos preparados para esse fato, pois o progressivo aumento do contingente de idosos não têm sido acompanhado de uma política social que possibilite condições dignas de vida na velhice.

A sociedade ainda não conseguiu definir o espaço e os novos papéis das pessoas idosas, uma vez que essa mesma sociedade esvaziou as funções que

nas sociedades pré-industriais ainda cabiam às pesoas mais velhas.

A família passa hoje por profundas alterações decorrentes principalmente do processo desenfreado de urbanização, o que vem dificultando seu papel como referencial de apoio ao idoso. A família nuclear, característica de nossa época, mora em espaços residenciais urbanos cada vez mais reduzidos com o agravante que, quem cuida de fato do idoso na família é a mulher, lembrando ainda que é cada vez mais crescente seu ingresso na força de trabalho.

O idoso também não está preparado para esse período da vida. Ele que já fez parte da força de trabalho, que já deu sua contribuição, conta muito pouco com os trabalhadores da ativa para alcançar suas plataformas de luta. Ele encontra-se numa situação bastante desprivilegiada uma vez que, ao não participar mais do sistema produtivo cuja característica é a competição e o lucro e onde a experiência conta menos do que a assimilação rápida de novas tecnologias, o idoso perde seu espaço e seu poder de pressão reivindicatória, seus direitos como cidadão.

O desemprego, a discriminação que os mais ve-

lhos sofrem no mercado de trabalho, o envelhecimento precoce ligado à forma perversa de exploração da força de trabalho, constituem-se hoje variáveis importantes que não podem ser descartadas quando se fala em perspectivas para o idoso no ano 2.000.

O que vemos hoje é a existência de milhares de idosos anônimos, dependentes do assistencialismo clientelista tão sedimentado na sociedade brasileira e que se submetem a diversos arranjos para continuarem sobrevivendo.

Desde sua descoberta o Brasil teve incorporadas em seu projeto de colonização, práticas assistencialistas não apenas com o objetivo de penetrar no território, mas sobretudo com a intenção de dominar a população nativa. As Santas Casas de Misericórdias aí estão como exemplo vivo do movimento que impulsionou a criação da sociedade nacional resistindo inclusive às sucessivas transformações operadas na economia, e na sociedade no curso de todo século XIX. Segundo Laima Mesgaris (1976) "A Irmandade das Misericórdias acompanhou as transformações econômicas ocorridas no Brasil. Sua prática de cunho assistencialista e caritativo é substituída por essa prática impessoal e burguesa, passando destarte,

a prestar somente assistência médica e hospitalar. Até 1948 quando ocorreu a criação do Hospital das Clínicas, a Santa Casa era o único recurso de que dispunham os paulistanos pobres".

As práticas assistenciais não são pois recentes em nossa sociedade, recente sem dúvida alguma, é a incorporação das políticas assistenciais na trajetória das políticas sociais brasileiras. Entre 1930 e 1937 período marcado sobretudo pelo enfrentamento da questão social e por intensas lutas em torno da conquista de direitos sociais e políticos, representou momento importante de reflexão entre ação do Estado e práticas assistenciais. Entre 1946 e 1964 delinea-se definitivamente o perfil das políticas públicas de assistência social, manifesto quer no dispositivo constitucional, quer na ampliação da rede de serviços disponíveis. A partir de 1964 a ação estatal atingiu as áreas da saúde, educação, habitação, e é no contexto de ditadura militar que surge o primeiro dispositivo legal voltado para a assistência aos idosos.

O que será da velhice no Brasil no ano 2.000? Apesar de estarmos tão próximos a esse momento é muito difícil de se prever. Como diz Haddad (1991) "Se os estudiosos da velhice nos países "enriqueci

dos" insistem na fragilidade dos resultados obtidos com as sofisticadas políticas da velhice, que dizer do Brasil onde os "programas para idosos" não têm sequer a marca da assistência como direito mas, isto sim, a do assistencialismo como estratégia?"

O resgate do tempo é necessário, pois o processo de modernização pelo qual estamos passando exige soluções demoradas e penosas, ainda que possíveis, as quais dependem sem dúvida alguma de um conjunto complexo de fatores, entre eles certamente uma profunda reformulação na natureza e no funcionamento dos programas governamentais de proteção social.

Sem essa reformulação, numa sociedade como a nossa heterogênea e desigual, nenhuma política social compensatória conseguirá sobreviver por mais intenso que seja o esforço realizado, pois ele será sempre anulado pelos mecanismos estruturais geradores da injustiça e da desigualdade.

O preparo pois de todos: estado, família, sociedade e idoso é imprescindível e deve partir inclusive da conscientização das modificações que acontecem na estrutura etária da população provocada pelas alterações demográficas em curso e que

não são ainda percebidas na sua verdadeira dimensão, nem mesmo é considerada a magnitude que alcançarão num futuro próximo.

Essa conscientização facilita a definição de uma política social que contemple aspectos como: aposentadoria, trabalho, previdência social, educação, moradia, transporte, saúde, cultura, lazer e participação social.

- A aposentadoria é uma conquista desse século, mas para a grande maioria dos trabalhadores vem sendo vivenciada pelo aposentado com sérias dificuldades econômicas e sociais. Os programas de pré-aposentadoria (PPA), visando conscientizar o aposentado e o aposentável sobre como enfrentar mais adequadamente esse período começam a surgir, mas na realidade são ainda incipientes.

- A supervalorização do trabalho ocorrida nas sociedades industrializadas trouxe também a desvalorização social do indivíduo que se afasta do sistema de produção como se fosse um castigo e não um direito à utilização do tempo livre da aposentadoria em atividades que não o trabalho remunerado.

- Os sistemas de previdência social como sabemos não tem conseguido manter para os aposentados as mesmas condições de renda dos trabalhadores ati-

vos, fazendo com que a aposentadoria seja um período de empobrecimento, particularmente para aqueles que não conseguiram constituir um patrimônio ao longo da vida de trabalho e que na realidade é constituída por um número significativo de aposentados.

- Em relação à política de saúde, o Sistema Unificado de Saúde (SUS) prevê hoje o programa de assistência integral ao idoso, mas em poucas regiões está implantado tal programa. Em São Paulo, por exemplo, alguns programas-piloto começam a surgir visando a atenção primária aos idosos por meio de uma unidade de referência dentro da rede básica onde o idoso terá acesso a uma equipe multidisciplinar treinada para atender as demandas específicas desta população. O idoso sem dúvida alguma utiliza-se proporcionalmente mais dos serviços de saúde em comparação com os grupos mais jovens, ele é hospitalizado com mais frequência, seu índice de reinternação é maior, como maior é o tempo médio no hospital o que é evidente, pois, no idoso predominam as doenças crônico-degenerativas.

É muito importante com relação a esse aspecto que se redimensione os recursos dispendidos na atualidade para com a saúde da pessoa idosa.

- O lazer é outro aspecto que precisa ser repensa-

do quando se fala de velhice, visando suas perspectivas para o ano 2.000. Ele é um meio propício à integração dos sexos e das idades, ao desenvolvimento do ser humano enquanto ser social, criativo e belo, um espaço social planejado possível para o resgate da espontaneidade daquilo que se conhece por alegria de viver. Os Centros de Convivência, constituem excelentes espaços onde o idoso tem oportunidade de realizar o lazer, em grupo, porque a alegria de viver não depende dos sexos ou das idades mas da combinação das vontades e das oportunidades. Os Centros de Convivência favorecem a abertura para o estabelecimento de novos canais de comunicação entre os idosos além da oportunidade de novas formas de participação social como: trabalho social voluntário, trabalho comunitário, atividades sindicais, grupos profissionais ou associações de aposentados.

Estas são algumas das reformulações necessárias pensando-se em perspectivas para o idoso no ano 2.000. Sintetizando gostaria de concluir que: - na elaboração de uma política social para o idoso é importante não deslocar a questão da velhice das demais questões que envolvem todos os demais segmentos etá-

rios;

- uma política social deve ser feita com os idosos e não para os idosos;

- qualquer política social deve ser elaborada e aplicada com a participação efetiva de todas as forças representativas da comunidade;

- é muito importante encontrar formas de garantir que uma política social uma vez implantada possa ter continuidade, independentemente das mudanças administrativas que venham ocorrer em termos de poder político estadual, federal ou municipal.

BIBLIOGRAFIA

BERQUÓ, E. Demografia da desigualdade: pirâmides da solidão. Novos Estudos IBRAP-NEPI- Campinas, 1986.

CAMARGO, A.B.M. e YAZAKI, L.M. Características demográficas e socio-econômicas da população idosa. IN: O idoso na Grande São Paulo. São Paulo - SEADE, 1990. (Coleção Realidade Paulista)

HADDAD, E.C.M. A velhice de velhos trabalhadores: o cenário, o movimento e as políticas sociais. Tese de Doutorado - F.F.L.C.H. - USP, 1991.

MESGARIS, L. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1599-1884: Contribuição ao estudo da Assistência Social no Brasil. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

QUEIROZ, Z.P.V. O idoso e a comunidade. Palestra proferida no Fundo de Solidariedade. São Paulo, 1991.

SPOSATI, A.O. et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo, 1986.